

Projeto: Entre a Casa, as Ruas e as Instituições: crianças e adolescentes em situação de rua e as instituições de acolhimento no estado do Rio de Janeiro

Levantamento da Produção Acadêmica sobre Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes (2000-2019)

Coordenação: Irene Rizzini (PUC-RIO/CIESPI - Apoio: FAPERJ/CNE)

Ficha

1) Referência – SILVA, José Carlos Alves. Efetividade dos direitos fundamentais da criança e do adolescente nas instituições de acolhimento – cooperação entre estado e sociedade civil. 2014. 88f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdades Integradas do Brasil, Curitiba, 2014.

2) Orientador e co-orientador – MALISKA, Marcos Augusto; TONIN, Marta Marília.

3) Resumo – O presente trabalho busca analisar a problemática da formação de políticas públicas preparatórias para o desligamento do adolescente que vive em instituições de acolhimento espalhadas pelo Brasil, bem como a necessária postura da sociedade civil e da Administração Pública frente a tal situação. Traz em seu bojo os porquês da institucionalização, bem como, ao contrário da tão propalada provisoriedade, apresenta os dados referentes às crianças e adolescentes que vivem por longos anos enclausurados e, de forma violenta, ao completarem dezoito anos, são obrigados a se desligarem da instituição de acolhimento sem perspectivas de futuro e sem qualquer suporte necessário para a sobrevivência numa sociedade excludente e preconceituosa, sendo lançados ao mundo das drogas e da prostituição. Esta parcela da sociedade possui Direitos? Estariam albergados pelos direitos fundamentais constantes no texto constitucional? Os princípios estatuídos na Carta Magna como, por exemplo, da prioridade absoluta, da proteção integral, do melhor interesse da criança e do adolescente e da condição peculiar de desenvolvimento estariam sendo garantidos para esta parcela da sociedade? O presente trabalho traz à discussão a necessidade de ações públicas no sentido de atendimento das garantias fundamentais destas crianças e adolescentes, bem como da participação da sociedade civil e do Estado como atores principais e ativos na formulação de políticas públicas de atendimento. Por fim, apresenta o exemplo da participação dos Grupos de Estudo e Apoio à Adoção espalhados pelo Brasil e a história bem-sucedida do “Projeto Caminhos” realizado em São José dos Pinhais/PR, resultado da parceria entre sociedade civil e Estado na formulação de ações garantidoras ao Direito Constitucional da criança e do adolescente institucionalizado, bem como das práticas necessárias ao atendimento previsto na legislação para o desligamento preparatório destes sujeitos das entidades de acolhimento.

4) Palavras-Chave - direitos fundamentais e democracia; estado constitucional cooperativo; sociedade civil; políticas públicas; criança e adolescente; instituições e acolhimento.

Ficha construída a partir de trechos extraídos do texto original.